

INSTRUÇÃO NORMATIVA SED Nº 007/2023

“Dispõe sobre o procedimento para inscrição no Regime Especial de Trabalho (RET), considerando a Lei Complementar Nº 12, de 23 de dezembro de 2015.”

O Diretor Geral do Colegiado no uso de suas atribuições visando otimizar o andamento das Unidades Escolares, durante o ano letivo de 2024:

RESOLVE:

Normatizar o procedimento referente à inscrição no Regime Especial de Trabalho (RET) para os professores efetivos da Rede Municipal de Ensino.

Artigo 1º – Substituir professor em afastamento temporário previsto na ***Lei Complementar Nº 12, de 23 de dezembro de 2015***, conforme ***Artigo 21***: *É facultado ao Professor da Rede Municipal de Ensino, aderir ao Regime Especial de Trabalho (RET), sempre que houver compatibilidade de horário para:*

I – Substituir professor titular afastado temporariamente nos termos desta Lei e da Lei nº 1069/91;

II – Substituir professor titular dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em afastamento temporário previsto em Lei;

III – Complementar carga horária de regência de classe, necessária na escola, nos anos finais do Ensino Fundamental, quando esta não comportar a designação de um professor com carga horária plena.

Artigo 2º – Para que haja compatibilidade de horário, **deverá haver no mínimo 01 (uma) hora de intervalo entre um turno e outro** (Artigo 71 – Decreto / Lei nº 5452).

Artigo 3º – Fica estabelecido que o pedido de inscrição deverá ser protocolado no **Sistema 1 DOC** (Protocolo), com o seguinte assunto:

Assunto: Regime Especial de Trabalho

Para: SED – DIGP – RET – Regime Especial de Trabalho

OBS.: Mencionar no texto os seguintes dados:

- Local de trabalho onde exerce suas atividades laborais, com a carga horária e o turno
- Professor(a) de _____
- Telefone para contato
- Disponibilidade de turno para RET: matutino, vespertino ou noturno
- Disponibilidade de carga horária RET: 10h ou 20h

PERÍODO DE INSCRIÇÃO
De 13 a 25 de novembro de 2023

Artigo 4º – Os pedidos solicitados fora da data serão considerados como intempestivos, e serão analisados conforme a necessidade.

Artigo 5º – Os encaminhamentos serão efetuados conforme surgirem as vagas nas Unidades de Ensino e a escolha das substituições obedecerão aos seguintes critérios:

- Necessidade da Secretaria de Educação;
- Professor efetivo que contar com maior tempo de serviço de docência na Rede Municipal de Ensino;
- Professor efetivo com maior idade.

Artigo 6º – A convocação será feita pelo Departamento de Gestão de Pessoas através do site da Prefeitura Municipal, link Editais, para assumir as substituições que não poderão ser inferiores a 30 (trinta) dias, nem ultrapassar o período de 10 (dez) meses consecutivos.

Artigo 7º - **Conforme prevê a Lei 12/2015, Art. 26** *Caberá a Administração a rescisão unilateral do Termo de Adesão sempre que se modificar ou cessar os motivos que ensejaram a implantação do RET.*

Artigo 8º - O servidor que aderir ao RET não poderá se afastar ou usufruir de Licença Prêmio e outros, conforme prevê a ***Lei 12/2015 no Art. 28*** *O servidor em afastamento do exercício funcional terá cancelado o termo de opção ao RET.*

Artigo 9º – Os professores efetivos convocados em Regime Especial de Trabalho (RET) deverão comparecer à Sede da Secretaria Municipal de Educação na data e horário estabelecidos, para confirmar ou manifestar expressamente sua recusa por escrito.

Artigo 10º – Os casos omissos desta Normativa serão resolvidos pela Secretaria de Educação.

Balneário Camboriú, 09 de novembro de 2023.

MARCELO ACHUTTI
Secretário da Educação
Secretaria de Educação de Balneário Camboriú
Portaria nº 29.096/2023